



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Fundo para as Relações Internacionais - I.P.

RELATÓRIO DE AUTO AVALIAÇÃO

2010



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Fundo para as Relações Internacionais - I.P.

ÍNDICE

1.NOTA INTRODUTÓRIA

2.AUTO-AVALIAÇÃO

2.1.Análise dos resultados alcançados e dos desvios verificados – QUAR 2010

2.1.1.Objectivos operacionais de eficácia (OOA) 2010

2.1.2.Objectivo operacional de eficiência (OOÊ) 2010

2.1.3.Objectivos operacionais de qualidade (OOQ) 2010

3.PLANO DE ACTIVIDADES E OUTRAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2010

4.ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010 EM COMPARAÇÃO COM ANOS ANTERIORES E TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO

5.AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

6.ANÁLISE DA AFECTAÇÃO DOS RECURSOS ATRIBUÍDOS AO FRI

7.BALANÇO SOCIAL

8.AVALIAÇÃO FINAL



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Fundo para as Relações Internacionais - I.P.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Pela sua própria natureza, funções e atribuições, a actividade do Fundo para as Relações Internacionais não sofre grandes oscilações de ano para ano. Assim, em 2010, este instituto público, de acordo com as atribuições orgânicas (Decreto-Lei nº 118/2007 de 27 de Abril), centrou a sua actividade essencialmente no financiamento de acções especiais de política externa, em projectos de formação no âmbito da política de relações internacionais, em projectos de modernização dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em acções de natureza social de apoio a agentes de relações internacionais e em actividades de apoio às comunidades portuguesas radicadas no estrangeiro. Este quadro genérico traduziu-se em apoios concretos nas áreas da protecção social complementar, das missões de serviço público e das acções de natureza social, cultural e comercial no âmbito das comunidades portuguesas e da modernização e informatização dos Postos Consulares.

A actividade do FRI em 2010 caracterizou-se, como noutros anos, por uma rotina que obedece a um ciclo semanal, marcado pelas reuniões do respectivo Conselho Directivo, nas quais são aprovados os projectos e acções a financiar. Estes projectos são canalizados para o FRI através do Gabinete do Secretário-Geral, da DGACCP e da DGA, tendo nalguns casos origem nos Gabinetes dos membros do Governo integrados no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Numa segunda fase, os projectos são analisados e aprovados em Conselho Directivo e remetidos posteriormente aos serviços do FRI para efeitos de processamento e pagamento. Em 2010, o fluxo administrativo gerado pelo tratamento destes processos está ilustrado no seguinte quadro:

Nº. Documentos entrados	3293
Nº. Documentos saídos	934
Nº. Faxes expedidos	707
Nº. Lançamentos de receita	1850
Nº. Cabimentos	3344
Nº. Autorizações de pagamento	2144
Nº. Documentos de transferência entre contas	1174
Nº. Documentos operações diversas	1066
Nº. Processos Missões	209



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Fundo para as Relações Internacionais - I.P.

Cabe por último referir que o quadro de pessoal do FRI é limitado a uma chefia de equipa multidisciplinar e 6 assistentes técnicos, efectivo que se revela escasso face ao volume de trabalho em causa, tal como demonstrado e referido abaixo.

2. AUTO-AVALIAÇÃO

2.1. Análise dos resultados alcançados e dos desvios verificados – QUAR 2010

A Lei nº 66 – B de 28 de Dezembro, prevê uma auto-avaliação do FRI, nomeadamente quanto aos resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) do FRI para 2010.

A missão do FRI, tal como definida no QUAR para 2010, tem como metas apoiar acções especiais de política externa, projectos de formação no âmbito da política de relações internacionais, a modernização dos serviços externos do MNE, acções de natureza social de apoio a agentes de relações internacionais e actividades destinadas às comunidades portuguesas.

Os objectivos estratégicos definidos no QUAR 2010 previam:

- i) Contribuir para a melhoria e modernização dos serviços externos (OE1);
- ii) Assegurar o financiamento da acção diplomática extraordinária, maximizando a racionalização dos recursos financeiros (OE2); e
- iii) Apoiar actividades de natureza social, cultural, económica e comercial dirigidas às comunidades portuguesas e associações (OE3).

De referir que o QUAR do FRI inicialmente aprovado pela tutela sofreu, ao longo do ano, pequenos ajustamentos no sentido de permitir um exercício de avaliação, em 2010, correcto e fundamentado.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Fundo para as Relações Internacionais - I.P.

Desta forma, o FRI conseguiu alcançar todos os objectivos estabelecidos no QUAR 2010, tendo cumprido 4 dos objectivos propostos e superado os restantes 3 objectivos, conforme resulta do exposto abaixo.

2.1.1 Objectivos operacionais de eficácia (OOA) 2010

O1 : Gerir as receitas dos Postos Consulares

Este objectivo tem por base o prazo de registo da execução orçamental. A meta estabelecida para o ano de 2010 é atingir o dia 13 a 15 do mês seguinte, pelo que, tendo sido alcançado o dia 13, a taxa de realização foi de 100%. Este objectivo foi, assim, plenamente cumprido.

O2 : Verificar a conformidade dos documentos de despesa enviados pelos postos consulares

No que concerne ao prazo de implementação de uma metodologia de cumprimento dos prazos acordados, verificou-se que a meta estabelecida de 1 a 15 de Outubro foi atingida, tendo o objectivo sido cumprido com uma taxa de realização de 100%.

O3 : Assegurar a actualização dos bens do MNE

O registo e o prazo de inventariação dos bens afectos ao FRI foi finalizado em 19 de Abril, pelo que este objectivo foi plenamente cumprido, uma vez que a meta a atingir era entre 15 a 30 de Abril.

O4 : Implementar o sistema de informação das missões

O prazo de proposta de alteração de 15 a 31 Maio foi cumprido, tendo a sua realização sido concretizada em 31 de Maio. O objectivo considera-se, portanto, plenamente cumprido.

2.1.2. Objectivo operacional de eficiência (OOÊ) 2010

O5: Processar o pagamento dos processos autorizados

Tendo por base o tempo médio de autorização do pagamento após o cabimento do processo e o prazo médio de pagamento (nacionais), com base na meta de atingir o



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Fundo para as Relações Internacionais - I.P.

prazo de 5 a 10 dias, este objectivo foi claramente superado com uma realização de 4,25 e uma taxa de realização de 115%. Isto deve-se, sobretudo, à coordenação e esforço do FRI na colaboração com os outros serviços, nomeadamente no que se refere à área dos registos contabilísticos, cujo especial empenho viabilizou a superação desta ambiciosa meta.

2.1.3. Objectivos operacionais de qualidade (OOQ) 2010

O6: Implementar uma metodologia de avaliação da satisfação dos utilizadores

A avaliação por amostragem da satisfação dos utilizadores do Fundo para as Relações Internacionais revela um grau de satisfação na escala de 4,67, o que significa uma taxa de realização deste indicador de 116,78%.

Considera-se, assim, que o indicador foi superado, o que se deve ao elevado nível de envolvimento, participação e acessibilidade dos funcionários do FRI e no espírito de equipa que foi possível criar no pessoal, que se empenhou na melhoria global dos serviços.

Os questionários, com base no modelo CAF, foram enviados por nota interna a 3 destinatários, seleccionados com base em critérios tais como frequência de recurso ao FRI, proximidade, importância, entre outros.

O7: Assegurar um conjunto de políticas de gestão de pessoas, visando a qualificação, capacitação e satisfação dos colaboradores

Tendo por base a taxa de execução do plano de formação aprovado, visando a qualificação, capacitação e satisfação dos trabalhadores sendo preocupação do serviço garantir a concretização da meta estabelecida de 70% a 85%, pode verificar-se que quase todos os trabalhadores beneficiaram de formação profissional com realização de 85,71%.

Verifica-se, assim, que este indicador foi superado. Com efeito, a formação profissional do pessoal destacado para o FRI é considerada uma prioridade e a afectação dos recursos disponíveis para esta finalidade foi cumprida, tendo permitido alcançar este resultado positivo.

Quanto ao nível de satisfação dos colaboradores, tendo por base a análise dos respectivos questionários, verifica-se que o resultado final é 4, pelo que se considera



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Fundo para as Relações Internacionais - I.P.

também superado o presente indicador, com um desvio de 0,52% relativamente à meta estabelecida.

Os questionários tiveram por base o modelo CAF e foram entregues pessoalmente aos 7 funcionários destacados para o FRI. Todos os funcionários responderam, num prazo médio de 2 dias. Os resultados alcançados são fruto também do empenho e motivação do pessoal, aliados ao espírito de equipa consolidado ao longo do ano de 2010 no seio do FRI.

3. PLANO DE ACTIVIDADES E OUTRAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2010

As actividades desenvolvidas em 2010 no Fundo para as Relações Internacionais corresponderam satisfatoriamente ao previsto, não havendo qualquer inexecução ou não cumprimento a salientar.

4. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010 EM COMPARAÇÃO COM ANOS ANTERIORES E TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO

Verifica-se uma evolução globalmente positiva do desempenho do Fundo para as Relações Internacionais, face aos anos anteriores, tendo todos os objectivos estabelecidos para o ano de 2010 sido cumpridos, com 3 superações.

Destaca-se, em especial, o nível de satisfação dos utilizadores que atingiu o grau de 4,67 numa escala de 1 a 5 valores.

5. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Face às respostas apresentadas no Anexo A, pode concluir-se que o Sistema de Controlo Interno existente no FRI é amplamente satisfatório, devendo existir melhorias no alargamento da especificação técnica dos procedimentos internos.

De uma forma geral tem sido feito um esforço na redefinição e reorganização dos processos com vista à sua simplificação e desmaterialização.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Fundo para as Relações Internacionais - I.P.

6. ANÁLISE DA AFECTAÇÃO DOS RECURSOS ATRIBUÍDOS AO FRI

No que diz respeito aos recursos humanos, verifica-se a manutenção do número de efectivos a exercer funções, isto é, 7: uma chefia de equipa multidisciplinar e 6 assistentes técnicos. Este número de efectivos é escasso face ao volume de trabalho atribuído ao FRI, pelo que os resultados obtidos no ano de 2010 são fruto dum esforço significativo do pessoal, em todos os aspectos.

Em termos de recursos financeiros, de referir que os recursos executados em 2010 ligeiramente superiores ao orçamento inicial, verificando-se um desvio positivo de € 3,1 milhões decorrente da dispensa do equilíbrio orçamental autorizada pelo Ministério das Finanças com recurso à aplicação dos saldos das gerências anteriores do FRI.

7. BALANÇO SOCIAL

Não aplicável ao Fundo para as Relações Internacionais, pois o quadro de pessoal deste instituto público, destacado da Secretaria-Geral, é composto somente por uma chefia de equipa multidisciplinar e 6 assistentes técnicos.

8. AVALIAÇÃO FINAL

O desempenho do FRI no ano de 2010 foi claramente positivo dado os resultados obtidos.

Foram introduzidas melhorias em matéria de procedimentos e celeridade das respostas às várias solicitações internas e externas, devido à flexibilidade e adaptação dos recursos humanos existentes, bem como à cooperação e trabalho em equipa.

No que respeita a uma apreciação quantitativa, conclui-se que o FRI fica por uma avaliação global de 4, pelo que se propõe a menção de desempenho de Bom.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Fundo para as Relações Internacionais - I.P.

8.1. PLANO DE ACCÇÕES DE MELHORIA

Com vista a um reforço positivo do desempenho do Fundo para as Relações Internacionais, para 2011, estão a ser desenvolvidos esforços nas várias áreas na sua maioria, nos objectivos previstos para 2011, sendo de salientar:

- i) Verificação da conformidade dos documentos de despesa enviados pelos postos consulares;
- ii) Entrada em funcionamento do sistema de informação das missões;
- iii) Uma gestão cuidada e mais rigorosa que permita assegurar a actualização dos bens afectos ao FRI; e
- iv) O desenvolvimento de práticas que permitam uma maior celeridade no processamento dos processos autorizados.

Lisboa, 5 de Abril de 2011

O Conselho Directivo

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Fundo para as Relações Internacionais - I.P.

ANEXO A

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
Ambiente de controlo				
Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?		X		
É efectuada internamente uma verificação efectiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			
Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			X	
Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			
Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			
Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direcção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			
O serviço foi objecto de acções de auditoria e controlo externo?	X			
Estrutura organizacional				
A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			
Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			100%
Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma acção de formação?	X			85,7%
Actividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
Existem manuais de procedimentos internos?	X			Na área informática
A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			
É elaborado anualmente um plano de compras?	X			
Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?	X			
As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			
Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			
Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			
Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas?	X			
O plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas é executado e monitorizado?	X			
Fiabilidade dos sistemas de informação				
Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			
As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			
Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			
A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			
Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou activos do serviço?	X			
A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de <i>backups</i>)?	X			
A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			
Nota: as respostas devem ser dadas tendo por referência o ano em avaliação. Legenda: S – Sim; N – Não; NA – Não aplicável.				